

ACT 2016 2017 – Sindeletro e Energia Pecém

SINDICATO DOS ELETRICITARIOS DO CEARA, registrado sob o nº 46000.008111/01-54 e CNPJ n. 07.339.229/0001-02, situado na Rua Antonio Pompeu, 99, CEP 60040-000, em Fortaleza, CE, a seguir denominado **SINDELETRO**, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). FRANCISCA ZILNETE LIMA e as empresas PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S/A, CNPJ n. 08.976.495/0001-09 e PORTO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE GERAÇÃO ELÉTRICA S/A, CNPJ n. 13.746.853/0001-19, ambas pertencentes ao mesmo grupo econômico, com sede na Rodovia CE – 085, Km 37,5, Complexo Industrial e Portuário de Pecém, CP 11, em São Gonçalo do Amarante, CE, doravante denominada Empresas, neste ato representado(a) por seus Diretores abaixo assinados; celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 1º de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017 e a data-base da categoria em 1º de agosto.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Eletricitária**, com abrangência territorial em **CE**.

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL DA CATEGORIA

AS EMPRESAS mantêm e reajustarão o piso salarial básico para o valor de R\$ 1.529,70 (hum mil quinhentos e vinte e nove reais e setenta centavos).

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL/GANHO REAL

AS EMPRESAS, a partir de 1º de agosto de 2016, repassarão a todos (as) seus empregados (as) o reajuste salarial de 8,74% (oito vírgula setenta e quatro por cento, incidente sobre os salários vigentes em 31 de julho de 2016).

Pagamento de Salário - Formas e Prazos

CLÁUSULA QUINTA - DATA DE PAGAMENTO

O pagamento efetivo dos salários será disponibilizado para saque junto ao banco no dia 25 de cada mês.

Parágrafo Único – O salário pago no dia 25 do próprio mês trabalhado será antecipado

[Assinaturas manuscritas]



ACT 2016 2017 – Sindeleetro e Energia Pecém

para o primeiro dia útil imediatamente anterior, quando o dia 25 coincidir com sábado, domingo e feriado.

CLÁUSULA SEXTA - RETROATIVOS

As Empresas se comprometem a efetuar o pagamento de todas as diferenças de valores retroativos do presente acordo até 25.12.2016, sendo tudo discriminado nos contra cheques dos trabalhadores

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SÉTIMA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

AS EMPRESAS mantêm e farão, na vigência do presente acordo, o pagamento da primeira parcela do 13º salário aos seus empregados, até o mês de junho, resguardando a hipótese de opção do empregado de recebimento nas férias. Fica resguardada também a opção do recebimento conforme estipulado em lei, mediante manifestação expressa do empregado.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA OITAVA - TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

As Empresas mantêm pelo "trabalho extraordinário" realizado aos sábados, domingos e feriados nacionais, o pagamento do adicional de 100% (cem por cento) sobre as horas extras efetivamente trabalhadas ou o equivalente em folgas.

Parágrafo Primeiro - As Empresas, garantem aos empregados que trabalhem em regime administrativo que as horas extraordinárias trabalhadas de segunda a sexta-feira serão acrescidas em 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Segundo - A compensação de horas extras dar-se-á, até o mês subsequente, mediante entendimento entre a empresa e o empregado.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA NONA - PERICULOSIDADE

AS EMPRESAS pagarão aos empregados que exercerem suas funções em condições perigosas o adicional previsto na forma da lei.

Adicional de Penosidade/Turno

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE TURNO

As Empresas se comprometem, a partir da assinatura do presente acordo, a pagar 7% (sete por cento) do salário base, a título de adicional de turno, a todos que trabalhem em regime de escala conforme o Anexo I.

Adicional de Sobreaviso

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SOBREAVISO

As Empresas garantem que o empregado escalado pela empresa para permanecer em regime de sobreaviso, independente do instrumento utilizado ser rádio, telefone fixo, celular,



ACT 2016 2017 – Sindeleetro e Energia Pecém

ou outro, terá as horas sob este título contadas à razão de 1/3 (um terço) do valor da hora normal.

Participação nos Lucros e/ou Resultados

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

As Empresas se comprometem a manter a Participação nos Lucros e Resultados, na forma atual e nos termos da Lei nº. 10.101 de 19/12/2000.

Parágrafo Único - As Empresas se comprometem a distribuir a seus empregados até abril de 2017 a participação nos resultados, conforme a acordo de PLR 2016 2017.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO

As Empresas mantêm e concederão, a partir de 01/08/2016, o cartão-refeição reajustado para o valor de R\$ 624,48 (seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) e para o cartão-alimentação o valor R\$ 362,23 (trezentos e sessenta e dois reais e vinte e três dias), ambos por mês, inclusive férias, para todos seus empregados, na forma de cartão magnético, conforme determina a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - Fica mantida a atual participação do empregado no vale refeição/alimentação no valor de R\$ 1,00 (um real).

Parágrafo Segundo - O cartão-alimentação será fornecido a todos os empregados.

Parágrafo Terceiro - Fica mantido o crédito extra, em cartão-refeição, no valor de R\$ 624,48 (seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos) em dezembro de cada ano, mantendo-se a participação do empregado conforme previsto no parágrafo primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Quarto - O empregado poderá optar em converter até 50% (cinquenta por cento) do valor do auxílio-refeição em auxílio alimentação ou vice-versa, a cada 06 (seis) meses, mantendo-se o disposto nos parágrafos anteriores e no caput da cláusula.

Parágrafo Quinto - Ficam as Empresas autorizadas a descontar do valor do cartão refeição (R\$ 624,48) o valor correspondente ao custo da alimentação quando realizada no refeitório de Pecém.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INCENTIVO EDUCAÇÃO

As Empresas, a partir da assinatura do presente acordo, se comprometem a aplicar os termos de incentivo a educação de acordo com a normativa interna.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA

As Empresas mantêm o Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica, para todos seus empregados e seus dependentes, de conformidade com a Lei nº. 9.656/98, com cobertura em nível nacional.



ACT 2016 2017 – Sindetrot e Energia Pecém

Parágrafo Primeiro - As Empresas mantêm e se responsabilizam 100% (cem por cento) pelas despesas do plano de cada funcionário e seus dependentes, inclusive co-participação no caso de exigência da operadora de saúde.

Parágrafo Segundo - Além das coberturas básicas da Agência Nacional de Saúde – ANS, o Plano de ativos Médico-Hospitalar oferecerá cobertura complementar, de acordo com as regras próprias, para os seguintes procedimentos exemplificativos: psicoterapia, psicologia, hidroterapia, fonoaudiologia e psicopedagogia, todas limitadas a 40 sessões/ano.

Parágrafo Terceiro - O Plano Odontológico não prevê implantes dentários, mas se realizados na rede referenciada, terão preços inferiores ao praticado para tratamentos fora do convênio, de acordo com as regras próprias do Plano.

As Empresas se comprometem a divulgar a tabela de procedimentos de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológico utilizada pelo Plano.

Parágrafo Quarto - Nos casos onde o Plano de Saúde não tenha o especialista necessário, a empresa se compromete a dar o suporte necessário para a inclusão de tais especialistas no rol de credenciados da operadora de saúde.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE / ESCOLA

As Empresas mantêm e reajustarão, a partir de 01 de agosto de 2016, o reembolso a título de Auxílio-Creche (pessoa física ou pessoa jurídica), no valor de até R\$ 638,75 (Seiscentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) para filhos com idade de até 7 (sete) anos incompletos, de todos os empregados.

Parágrafo Único - Para os filhos que completarem a idade estabelecida no caput, fica garantido o referido reembolso dos meses subsequentes até o final do ano em que completar a referida idade.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA

As Empresas mantêm sua participação de 100% (cem por cento) do prêmio de seguro de vida em grupo dos empregados (as) que optarem pela adesão ao plano de seguro em vigor até o valor equivalente a 24 (vinte e quatro) remunerações, com o valor mínimo de R\$ 52.377,11 (cinquenta e dois mil trezentos e setenta e sete reais e onze centavos).

Parágrafo Único - Na hipótese de falecimento do empregado, as Empresas concederão ao cônjuge ou ao ascendente ou descendente responsável, o valor de R\$ 4.926,36 (quatro mil novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos) a título de auxílio-funeral.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO FARMÁCIA

As Empresas mantêm aos empregados ativos e seus dependentes o benefício de auxílio farmácia, de acordo com suas regras próprias, vinculado à utilização na rede de farmácias e laboratórios conveniados.

[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]



ACT 2016 2017 – Sindeletro e Energia Pecém

Parágrafo Primeiro – O auxílio consistirá em um subsídio, pago pelas Empresas, podendo chegar em até 40% do valor dos medicamentos oferecidos pela utilização de rede de farmácias e laboratórios conveniados.

Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PREVIDÊNCIA PRIVADA

AS EMPRESAS se comprometem a manter-se como patrocinadora do Plano de Previdência Privada oferecido aos seus trabalhadores, na Enerprev.

RELAÇÕES DE TRABALHO, CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES

Plano de Cargos e Salários

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

As Empresas apresentarão através de um Workshop, ao Sindicato e aos funcionários, até o dia 31 de janeiro de 2017, a Política de Remuneração Interna.

Política para Dependentes

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APOIO AO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS

As Empresas se comprometem, a partir da assinatura do presente acordo, a pagar um benefício mensal no valor de R\$ 766,50 (setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) para tratamento especializado do (a) filho (a) do empregado (a), portador de doença mental, motora ou sensorial e distúrbios graves da fala ou comportamento. O referido benefício não poderá ser usado concomitante com o auxílio creche (Cláusula Décima Sexta).

Parágrafo Único - Anualmente os empregados deverão apresentar atestado médico constatando a deficiência do dependente.

JORNADA DE TRABALHO, DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE E FALTAS


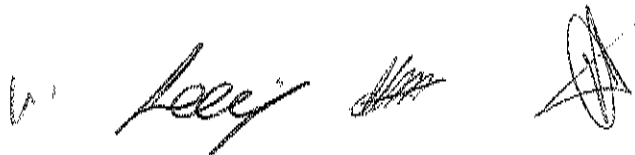
Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA JORNADA DE TRABALHO

AS EMPRESAS mantêm a jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais, de segunda a sexta-feira das 08:30 às 17:30hs. Para os trabalhadores da Planta UTE Pecém, o horário de trabalho será das 07:30 às 16:30hs, exceto para os trabalhadores de regime de turno de revezamento.

Parágrafo Primeiro - Os empregados em horário administrativo terão o intervalo de 01 (uma) hora para refeição ou descanso.

Parágrafo Segundo - Os empregados de escala de revezamento terão mantidas as condições de trabalho reguladas pelo Anexo I deste acordo. Fica garantido também o direito de troca de horários entre os operadores, mediante autorização prévia do superior imediato.



ACT 2016 2017 – Sindeletro e Energia Pecém

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO HORÁRIO FLEXÍVEL E CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Para os empregados administrativos das EMPRESAS, será adotado o sistema de horário flexível para todas as jornadas de trabalho de segunda a sexta-feira, cujo início da primeira jornada poderá ser antecipado ou postergado em até 00h60min (sessenta minutos) com o correspondente acréscimo ou diminuição no final da jornada, sem alterar o total diário de horas de trabalho correspondente.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo atraso superior a 00h60min (sessenta minutos) para o início da jornada, os minutos excedentes não serão passíveis de compensação no próprio dia, sendo prioritariamente abatidos de horas extras ou, em último caso, descontados do empregado a título de atraso.

Parágrafo Segundo - As partes acordam que a utilização da flexibilidade deverá atender ao princípio da excepcionalidade, posto que o horário de jornada é aquele fixado pelo empregador.

Parágrafo Terceiro - A flexibilização prevista nesta cláusula não se aplica aos empregados cuja atividade se desenvolva sob escala de trabalho ou regime de turno de revezamento ou em serviços essenciais.

FÉRIAS E LICENÇAS

Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

As Empresas mantêm a gratificação de férias em valor correspondente a 1/3 (um terço) do salário normal conforme previsto no Inciso XVII, do art. 7.º da Constituição Federal.

Relações Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – LIBERAÇÃO DIRETORIA

A ENERGIA PECÉM se compromete, durante a vigência do presente acordo, a liberar 01 (um) empregado diretor da administração do SINDELETRO ou Delegado Sindical, escolhido pelo sindicato dentre os componentes da diretoria executiva, suplentes ou delegados eleitos.

Ainda como atitude de reconhecimento e respeito ao direito sindical dos trabalhadores eleitos, a empresa se compromete, ainda, a arcar com o salário e vantagens percebidos por 1 (um) empregado liberado para a atividade sindical junto ao SINDELETRO, como se estivesse no exercício de suas funções na empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DESCONTO ASSISTENCIAL

Será descontado do salário base de cada empregado, de uma única vez, o percentual de 2,0% (dois por cento) a título de desconto assistencial a favor da entidade sindical dos empregados - SINDELETRO, a ser efetuado sobre os salários já reajustados e repassado ao SINDELETRO no mês de agosto/2016.



ACT 2016 2017 – Sindeletro e Energia Pecém

Parágrafo Único: Ao trabalhador que discordar do desconto da contribuição acima mencionada, será facultado requerer a devolução da importância descontada, no prazo de até 10 (dez) dias após o desconto, mediante solicitação à entidade sindical, que promoverá a devolução no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento dos referidos valores.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - FORO

Fica eleito o foro da cidade de FORTALEZA/CE, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Acordo Coletivo.

Aplicação do Instrumento Coletivo

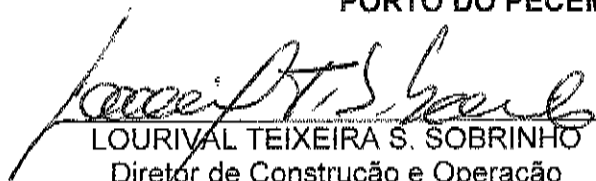
CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - EXCLUSÕES

O teor do presente instrumento não se aplica aos ocupantes de cargos de diretor e gerente, conforme o organograma apresentado.

E, por estarem as partes justas e de acordo, firmam o presente Acordo Coletivo de Trabalho em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2016.

PORTO DO PECÉM GERAÇÃO DE ENERGIA S/A



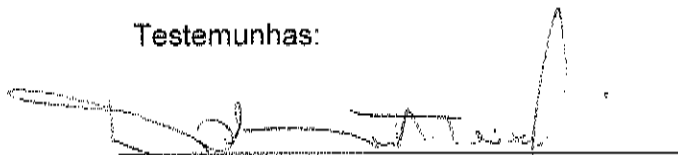
LOURIVAL TEIXEIRA S. SOBRINHO
Diretor de Construção e Operação
RG: 0719136-7 SSP/PR CPF: 592.924.661-00

SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO CEARÁ - SINDELETRO

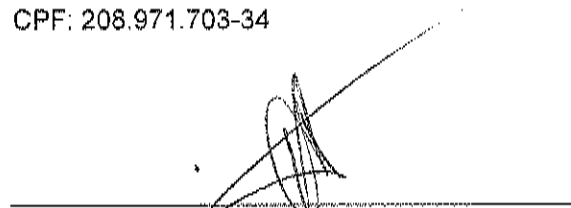


FRANCISCA ZILNETE DE LIMA
Diretor Presidente
RG: 98010157051 SSP CE CPF: 208.971.703-34

Testemunhas:



Valdemir de Macedo Teixeira Junior
RG: 24.328.437-8 SSP SP
CPF: 266.666.538-07



Fernando Antonio de Moura Avelino
RG: 155.661 SSP RN
CPF: 108.346.804-91



ACT 2016 2017 – Sindeletro e Energia Pecém

ANEXO I

ESCALA DE REVEZAMENTO

ART 1º - OBJETIVO

Estabelecer o horário de trabalho dos trabalhadores da área técnica ou serviços essenciais, mediante escala de revezamento de turno, passando a vigorar nos seguintes termos e condições.

ART 2º – DO HORÁRIO EM TURNOS DE REVEZAMENTO

Considerando que a implantação de escalas de revezamento com jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas proporciona uma compensação da jornada de trabalho benéfica ao trabalhador, por permitir um período de folga superior ao período legal de folga previsto para a escala de revezamento com jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias;

Considerando que os empregados que trabalham na Usina Termoeletrica de Porto Pecém, localizada no município de São Gonçalo do Amarante-CE, residem na cidade de Fortaleza-CE e que a implantação da escala com jornada diária de trabalho de 08 (oito) horas, para turno ininterrupto de revezamento, permitirá aos empregados um maior convívio familiar;

Considerando a concessão de 01 (uma) hora de intervalo para refeição, resolvem as partes:

Conforme previsão do artigo 7º, inciso XIV, segunda parte da Constituição Federal, que permite a flexibilização das condições de trabalho mediante negociação coletiva, fica estabelecido que, a partir da assinatura do presente termo, a jornada diária dos empregados da operação e com funções que demandem a necessidade de trabalho em turnos passa a ser de 08 (oito) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, na escala de trabalho do tipo 6 x 4, ou seja 6 dias de trabalho e 4 dias de descanso.

Parágrafo Primeiro: As Empresas manterão a jornada diária de 08 (oito) horas, compensando a hora, excedente de 06 (seis) horas diárias, por folgas semanais, totalizando uma média mensal de horas trabalhadas inferior à média mensal de horas estipulada para a escala legal de turno ininterrupto de revezamento (escala 6x1, com jornada diária de 06 horas).

Parágrafo Segundo: Considera-se trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento o que atenda aos seguintes requisitos concomitantemente:

- Escalas abrangendo trabalho em 24 (vinte e quatro) horas diárias sem qualquer intervalo;
- Escalas contínuas ao longo do mês/ano, isto é, cobrindo todos os dias, sem exceção, do mês/ano de trabalho;
- Cada empregado que conste de uma determinada escala deve revezar em todos os 03 (três) horários constantes da mesma;

Parágrafo Terceiro: Na hipótese da necessidade de implantar novos turnos ininterruptos de revezamento, sendo estes independentes dos atualmente existentes, a implantação dar-se-á nos termos da Constituição Federal, na forma prevista no art. 7º, inciso XIV.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de necessidade de serviço, as equipes poderão ser remanejadas, mantendo, porém, a média mensal de horas trabalhadas e sem prejuízo das folgas previstas.

